



COMPANHIA DE JESUS - JESUÍTAS

CNPJ 33.544.362/0001-00
Declarada de Utilidade Pública pelo
Decreto Federal nº 895 de 12/04/1962,
D.O.U. de 13/04/1962

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em reais)

ATIVO	2011	2010
CIRCULANTE		
Caixa e equivalente caixa (nota 5)	2.822.571	3.234.342
Contas a receber (nota 6)	1.587.433	2.010.607
Adiantamento futuro aumento capital (nota 7)	1.200.000	900.000
Outros débitos	20.914	20.836
Despesas antecipadas	4.394	1.754
Total do circulante	5.635.313	6.167.539
NÃO CIRCULANTE		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Depósitos judiciais (nota 8)	-	248.376
	-	248.376
Investimentos (nota 9)	489.450	224.366
Imobilizado (nota 10)	31.506.801	32.009.480
Intangível (nota 10)	3.489	3.489
Total do não circulante	31.999.739	32.485.710
TOTAL DO ATIVO	37.635.052	38.653.249

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

PASSIVO	2011	2010
CIRCULANTE		
Fornecedores	7.204	74.731
Contas a pagar (nota 11)	11.184	2.385.241
Obrigações tributárias e trabalhistas	34.518	48.028
Total do circulante	52.906	2.508.000
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Provisão para contingências (nota 18)	4.038.988	-
Tributos em execução judicial (nota 8)	310.346	-
(-) Depósitos judiciais (nota 8)	(310.346)	-
	4.038.988	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Patrimônio social	17.609.522	16.073.776
Ajuste de avaliação patrimonial	18.535.728	19.298.281
Superávit (Déficit) dos exercícios	(2.602.091)	773.192
Total do patrimônio líquido	33.543.158	36.145.249
TOTAL DO PASSIVO	37.635.052	38.653.249

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em reais)

	Patrimônio social	Ajuste de avaliação patrimonial	Superávit/ Déficit dos exercícios	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	12.159.106	-	2.928.389	15.087.495
Incorporação ao patrimônio social	2.928.389	-	(2.928.389)	-
Ajustes de exercícios anteriores	223.728	-	-	223.728
Ajuste patrimonial	-	20.060.834	-	20.060.834
Realização do ajuste avaliação patrimonial	762.553	(762.553)	-	-
Superávit exercício	-	-	773.192	773.192
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	16.073.776	19.298.281	773.192	36.145.249
Incorporação ao patrimônio social	773.192	-	(773.192)	-
Realização do ajuste avaliação patrimonial	762.553	(762.553)	-	-
Déficit do exercício	-	-	(2.602.091)	(2.602.091)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	17.609.522	18.535.728	(2.602.091)	33.543.158

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em reais)

RECEITAS	2011	2010		
Receitas patrimoniais (aluguéis)	3.084.993	2.093.788		
Doações	1.383.576	1.049.837		
	4.468.569	3.143.626		
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.558.123)	(2.035.447)		
	(2.558.123)	(2.035.447)		
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	1.910.446	1.108.179		
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas financeiras	363.821	808.096		
	363.821	808.096		
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	2.274.267	1.916.275		
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal e encargos	34.820	1,53%	63.633	3,32%
Despesas tributárias	4.118.570	181,09%	34.435	1,80%
Despesas financeiras e locações de bens imóveis	181.693	7,99%	262.554	13,70%
Despesas assistenciais	541.275	23,80%	782.461	40,83%
Superávit (déficit) dos exercícios	(2.602.091)	-114,41%	773.192	40,35%
TOTAL DO VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	2.274.267	100,00%	1.916.275	100,00%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em reais)

	2011	2010
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Receitas de aluguéis (nota 13)	3.084.993	2.093.788
Doações de pessoas físicas/jurídicas (nota 14)	1.383.576	1.049.837
(-) Custo das locações (nota 15)	(952.804)	(916.203)
SUPERÁVIT BRUTO	3.515.765	2.227.422
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas comerciais	(28.720)	(23.379)
Administrativas e gerais (nota 16)	(1.224.859)	(1.622.331)
Receitas/despesas financeiras (nota 17)	139.627	542.434
Resultado de equivalência patrimonial	(964.916)	(350.954)
Provisões contingências (nota 18)	(4.038.988)	-
	(6.117.856)	(1.454.230)
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DOS EXERCÍCIOS	(2.602.091)	773.192

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em reais)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2011	2010
Superávit (déficit) dos exercícios	(2.602.091)	773.192
Ajuste para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	913.400	909.000
Resultado de equivalência patrimonial	964.916	350.954
Provisão para contingências	4.038.988	-
Ajustes de exercícios anteriores	-	223.728
	3.315.213	2.256.874
Aumento (redução) nos ativos operacionais		
Varição do contas a receber	423.175	(584.606)
Varição de despesas antecipadas	(2.641)	(22)
Varição de depósitos judiciais	248.376	1
Varição de adiantamentos para futuro aumento capital	(300.000)	(900.000)
Varição de outros débitos	(79)	(18.347)
	368.831	(1.502.974)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Varição de fornecedores	(67.527)	74.731
Varição de obrigações tributárias e trabalhistas	(13.510)	20.427
Varição de contas a pagar	(2.374.057)	1.518.252
Varição de créditos de venda de imóveis	-	(3.417)
	1.228.951	2.363.893
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.228.951	2.363.893
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Adições de imobilizado	(410.723)	(11.605.417)
Investimentos	(1.230.000)	-
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE CAIXA DISPONIBILIDADES	(1.640.773)	(11.605.417)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	3.234.343	12.475.867
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	2.822.571	3.234.343
(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE CAIXA	(411.772)	(9.241.524)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em reais)

1. **Contexto Operacional:** A COMPANHIA DE JESUS - JESUÍTAS, constituída inicialmente sob a denominação de ALOISIANUM, na cidade do Rio de Janeiro - RJ, no dia 26 de setembro de 1940, com sua personalidade jurídica averbada em 06 de outubro de 1959, cujos atos constitutivos encontram-se registrados no Cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, tem por objetivo promover e desenvolver as atividades de natureza vocacional e apostólica da "Companhia de Jesus", pautadas na valorização da educação moral e religiosa de acordo com os valores evangélicos e postulados da Religião Católica, Apostólica Romana.

2. **Apresentação Das Demonstrações Contábeis:** Na elaboração das demonstrações financeiras de 2011, a Entidade adotou a Lei nº 11.639/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução Nº 1.374/11 (NBC-TG), que trata da Estrutura Contábil para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução Nº 1.376/11 (NBC-TG 28), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Entidades sem Fins Lucrativos, especialmente a Resolução nº 877 de 2000 que aprovou a NBC T 10.19, alterada pelas Resoluções nºs 926 e 966, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

3. **Formalidades da Escrituração Contábil Resolução 1.330/11 (NBC ITG 2000):** A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem o evidenciam fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no "Diário" da Entidade, e posteriormente registrado no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apóiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

4. **Principais Práticas Contábeis Adotadas:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, a saber: a. **Caixa e equivalente caixa:** Conforme determina a Resolução do CFC Nº 1.296/10 (NBC - TG 03) - Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC Nº 1.376/11 (NBC TG 26) - Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste sub-grupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor; b. **Demais ativos circulantes e não circulantes:** As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço; c. **Ajuste a valor presente:** Em cumprimento a Resolução 1.151/09 e a Lei 11.638/07 a Entidade não efetuou o ajuste de valor presente das contas de Ativos e Passivos Circulantes (saldos de curto prazo), pois a sua Administração entendeu que tais fatos não representam efeitos relevantes. Ainda em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa o valor de um direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisarmos os saldos contábeis (operações e/ou critério da essência sobre a forma) dos itens que estão compondo os ativos e passivos não-circulantes da Entidade, a Administração entendeu que não foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente, pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não-circulante) não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09, onde descreveremos a seguir as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma (NBC TG 19.7):

• Todas as transações que dão origem a ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possuam data de realização diferente da data do seu reconhecimento; • As operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dívida, deve ser regido pela NBC TG 19.30, que trata de receitas; • Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente. d. **Investimentos:** Representados por investimentos em empresas controladas e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (despesa) operacional. e. **Imobilizado:** Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação e leva em consideração vida útil e utilização dos bens (Resolução CFC nº 1.177/09 - NBC TG 27). Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando ocorrido. f. **Demais passivos circulantes e não circulante:** Os demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos. g. **Apuração do resultado:** As receitas e despesas de qualquer natureza são registradas com base no princípio da competência, o qual leva em conta o fato gerador do evento. h. **Demonstração dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa refletem as modificações que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando o método indireto. Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes: **Atividades operacionais:** são as principais atividades geradoras de receita da Entidade e outras atividades que não sejam atividades de investimento ou de financiamento. **Atividades de investimento:** são as atividades relativas à aquisição e alienação de ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos em atividades operacionais e de financiamento. **Atividades de financiamento:** são as atividades que têm como consequência alterações na dimensão e composição do capital próprio decorrentes de empréstimos, mas que são inexistentes nesta Entidade. Para elaboração da demonstração do fluxo de caixa a Entidade adotou o método indireto. i. **Demonstração do valor adicionado:** Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Entidade e sua distribuição, durante determinado período.

EDNARDO SERAFIM DE SOUSA - Diretor Presidente - CPF nº 054.163.218-30

GISLENE GARCIA ANDRADE - Contadora - CPF nº 105.133.438-14 - CRC 1SP199380/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria. 1) Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA DE JESUS - JESUÍTAS, que compreende o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011, e as respectivas Demonstrações do Déficit do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. 2) **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para Pequenas e Médias Empresas - Pronunciamento Técnico - CPC- PME - Contabilidade Para Pequenas e Médias Empresas, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. 3) **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de

expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. 4) **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE JESUS - JESUÍTAS em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para pequenas e médias empresas. 5) **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 25 de março de 2011, que não conteve nenhuma modificação.

São Paulo - SP, 30 de março de 2012.

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS - CRC/SP 2SP 024298

Carmo Antônio Marino - CPF nº 001.124.618-91 - CT-CRC: 1SP 053.925/O-4

Alexandre Chiaratti do Nascimento - CPF nº 147.823.488-19 - CRC/SP 187.003/O-0 - CNAI - SP - 1620

PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. O Conselho Fiscal da COMPANHIA DE JESUS - JESUÍTAS, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada em 02 de abril de 2012, examinou as Demonstrações Contábeis e Financeiras: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Superávit/Déficit, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC), Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), Notas Explicativas, Relatório dos Auditores Independentes "Audisa Auditores Associados", relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011. 2. Com base nos exames detalhados efetuados e considerando o Relatório dos Auditores Independentes emitido pela Audisa Auditores Associados, concluímos que tais Demonstrações traduzem com propriedade a posição patrimonial e financeira da Companhia de Jesus - Jesuítas e que estão em condições de merecer a aprovação pela Assembleia Geral.

Satílio Bolonhani da Silva - Presidente - CPF nº 011.743.888-03

Neilton Abadio Veloso - 1º Conselheiro - CPF nº 521.252.541-15

José Paulino Martins - 2º Conselheiro - CPF nº 100.305.478-14